



Boletim PRO-REG – Março 2012

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG" criado por meio do Decreto nº 7.202" de 1º de março de 2007" (o conceito e está sendo executado em parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Governo Federal" por intermédio da Casa Civil da Presidência da República) tem como objetivos principais:

- promover o fortalecimento dos mecanismos institucionais para gestão em regulação;
- propiciar condições para a melhoria da qualidade da regulação;
- consolidar a autonomia decisória das agências reguladoras (federais) e
- aperfeiçoar os instrumentos de supervisão e de controle social.

Passados quase seis anos desde a implementação das primeiras agências reguladoras e da criação dos marcos reguladores e orientam a prestação dos serviços públicos" o governo brasileiro tem colocado em prática várias iniciativas, com vistas à melhoria da qualidade da regulação e da governança regulatória. O "reforma regulatória no Brasil" busca simultaneamente responder aos desafios e se incorporar tanto o respeito do Brasil e o crescimento ao longo desse período" como a resposta aos desafios (trabalhos de promover instituições sólidas" transparentes e eficientes). Os aspectos mais relevantes, antes deste processo permanente de transformação estão ligados à coordenação entre a atividade regulatória e a implementação de políticas públicas" à consolidação da autonomia das agências" à participação social na regulação e ao melhoramento do processo de tomada de decisões no ambiente regulatório.

O Estado" no exercício de sua função regulatória" pode contribuir efetivamente para a proteção dos consumidores e a estabilidade dos mercados segmentados" e é a partir de instituições mais sólidas" que se alcança o patamar de desenvolvimento econômico e social menos expostos aos riscos inerentes ao ambiente onde se materializam as políticas públicas.

Projetos-piloto de AIR

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG de assistência no apoio aos projetos-piloto de análise do Impacto Regulatório – OIR atualmente condicionados em seis agências reguladoras (federais) brasileiras. O número de pessoas que participam atualmente em todos os projetos-piloto. Esses servidores públicos também recebem capacitação em metodologias para realizar análises de impacto e estão trabalhando alternativamente de solução para casos práticos em suas agências.

As agências participantes também estão começando a desenvolver sistemas de OIR e possam eventualmente contribuir para a melhoria da qualidade regulatória no âmbito de cada uma delas. Algumas agências também têm a intenção de introduzir a obrigatória de se fazer OIR para certos tipos de regulamentos onde existam impactos consideráveis para a sociedade brasileira. O que está ocorrendo, visando os critérios para a preparação de notas técnicas e permitam introduzir alguns elementos de OIR ainda (ou em início de discussão) no âmbito das regulamentações. É essa mesma linha o que as agências estão tratando de melhorar suas práticas e técnicas de consultoria pública e de participação social com a finalidade de assegurar e a sociedade tenha canais para ser consultada e o, durante o processo regulatório.

Espera-se que a introdução da OIR nas agências participantes dos projetos-piloto ajude a melhorar o processo de tomada de decisões assim como dar maior transparência ao processo regulatório. O que introduzido nos projetos-piloto permitirá aperfeiçoar a discussão sobre o modelo de OIR ser (inalmente adotado no Brasil) e considerado para o governo como um todo.

Curso sobre metodologias de AIR

O PRO-REG por meio de um Contrato de Cooperação Técnica com a Embaixada do Reino Unido no Brasil realizou um curso avançado em metodologias de OIR ministrado pela "entre os dias 30 de janeiro e 02 de fevereiro de 2012. O curso consistiu em uma adaptação do curso oferecido por ela Escola Britânica sobre " dirigido a servidores públicos encarregados de tomar decisões econômicas e regulatórias.

Esse curso participaram 20 servidores públicos brasileiros participantes dos projetos-piloto em OIR. O objetivo principal foi desenvolver capacidades metodológicas para a administração da OIR e replicar esses conhecimentos nos trabalhos específicos dos projetos-piloto ora em desenvolvimento.

Visita a Londres – Projetos-piloto AIR e *Shadowing*

O implementação e o desenvolvimento da OIR no âmbito do PRO-REG ;* est!o em fase de implementação @ma s-rie de ati,idades de capacitação (oram realizadas para disseminar o conhecimento entre os ser,idores p/)licos no âmbito dessa (erramenta de re(orma da reg lação Ot almente" seis ag.ncias (ederais est!o desenvolvendo projetos-piloto de RIO. Estes projetos permitiram 6 e estas instituições p dessem n!o somente compreender o âmbito desta (erramenta" mas tam)-m para tornar ,i*,el a s a institucionalização.

O Reino Unido – a; do a intensificar esses recursos" ma ,e8 6 e este projeto tem proporcionando um bom intercâmbio com as autoridades britânicas" a (im de compartilhar e+peri.ncias na utilização de OIR. Em novembro" um grupo de ser,idores p/)licos brasileiros em,ol,idos com os projetos-piloto OIR ,isito o Reino Unido para melhor compreender o âmbito pr*tico de OIR no processo regulatório britânico. Além disso" especialistas do Reino Unido ,isitaram recentemente o Brasil para treinar reguladores sobre a mensuração dos impactos pro,*eis" custos e benefícios de propostas de reg lação.

O atividade – " (oi realizada por um ser,idor p/)lico (ederal brasileiro) com not*,el e+peri.ncia acad.mica e profissional. O ser,idor selecionado passou uma semana acompanhando e participando de ati,idades regulatórias de modo a compreender a rotina" análises OIR com a utilização de metodologias" em especial as voltadas para a mensuração de custos e benefícios e o papel da elegrgia do governo britânico. Esta atividade - e+tremamente importante para apoiar o desenvolvimento e a implementação de OIR em ag.ncias brasileiras" ma ,e8 6 e permitir* ma maior reprodução e disseminação do conhecimento adquirido entre os reguladores" especialmente as eles em,ol,idos nos projetos-piloto.

Seminário Latino-Americano sobre Experiências Exitosas em Regulação

Em evento recente realizado no México" os representantes do Brasil" Chile" Colômbia" Costa Rica" México e Peru (estaram interessados em criar mecanismos de ação conjunta 6 e permitam estabelecer as bases da cooperação regional para somar recursos e compartilhar e+peri.ncias no âmbito da melhoria da qualidade regulatória.

Para tanto" (oi elaborada e assinada a declaração de " a 6 al (icializada a proposta de criação de uma Rede Latino-americana de Melhoria Regulatória e

da Competitividade" criando um espaço permanente de diálogo e de intercâmbio de boas práticas entre esses países. Esse documento - o primeiro passo rumo à elaboração de uma agenda regulatória comum entre os países latino-americanos - deve contemplar não apenas os temas de grande impacto na produtividade e competitividade de cada um dos países membros, mas da região como um todo.

— nesse sentido" e por iniciativa do PRO-REG" com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID" da Emenda do Reino Unido no Brasil e da Associação das Organizações de Regulação - OBR" (originalmente em Brasília" no dia 20 de fevereiro de 2012 no I Seminário Latino-Americano sobre Experiências Exitosas em Regulação" com a participação de "especialistas" dirigentes de agências reguladoras e convidados internacionais" e teve como principais prioridades:

- Fortalecer o entendimento a respeito da criação da Rede Latino-americana de Melhoria Regulatória e da Competitividade - BODI-REG
- Realizar intercâmbio de boas práticas em regulação entre os países latino-americanos (Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru)
- Promover recursos e compartilhar experiências para a melhoria da qualidade regulatória na América Latina
- Compartilhar as experiências, iniciadas no âmbito dos projetos-pilotos em "Análise de Impacto Regulatório no Brasil" (avaliando o alcance dos resultados alcançados" ressaltando desafios e perspectivas futuras)
- Reduzir os limites e as potencialidades da transparência regulatória e controle social no Brasil
- Trabalhar com as entidades de representação do meio empresarial (CONFECON, CNI, FIESP, SINGSP, etc.) e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IBOPE sobre a percepção dos empresários sobre a qualidade da regulação no Brasil

O evento teve em sua abertura a presença da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República" com o seu principal assessor aliado e compareceram cerca de 200 pessoas" em sua maioria ligadas à regulação" e oriundas de:

- Organizações Reguladoras Federais" Estaduais e Municipais" representados" também" pela Associação Brasileira de Organizações de Regulação - OBR
- Ministros responsáveis das Organizações Reguladoras Federais
- Direção Nacional de Contas da União
- Ministério Público da União
- Organizações de defesa do consumidor (IBOPE e o Fórum Nacional das Entidades de Defesa do Consumidor)
- Entidades de representação do meio empresarial

Curso sobre Abuso de Posição Dominante

O PRO-REG em articulação com o IPEA e o EIMJ e apoio do BI e da Emabrida Britânica no Brasil ocorreu entre os dias 6 e 7 de março de 2012 no curso sobre "Posição Dominante" ministrado pelo Prof. Massimo Motta de Beni, Universidade Pompeu Fabra e Diretor da Barcelona School of Economics.

O curso contou com a presença de 120 alunos, e como objetivo, fortalecer o sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência por meio da capacitação de servidores e atuar nessa área em especial aos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça e da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SECEX do Ministério da Fazenda e das Agências Reguladoras. O realização desse curso assumiu maior importância após a aprovação da Lei nº 12.529 de 10 de novembro de 2011 e dispões sobre a prevenção e a repressão infrações contra a ordem econômica orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência (ação social da propriedade) de consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

Indicadores econômicos sobre o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SINDEC

O trabalho realizado pela Profa. Meta Peci da FGN-RJ teve por finalidade a elaboração de indicadores econômicos voltados para a avaliar o sistema nacional de Defesa do Consumidor em especial; junto aos Procons a mapear, monitorar e avaliar as atividades dos consumidores em relação aos produtos e serviços regulados. Ao mesmo tempo as informações geradas pelos indicadores propostos neste trabalho contribuirão para a elaboração de políticas públicas regulatórias mais adequadas com as necessidades dos setores dos serviços e produtos regulados. O referencial teórico de dados existente – INDEC e, como principais objetivos,

O elaboração de estudo econômico sobre demandas de consumidores em relação aos mercados regulados, isto é:

- a preparação de metodologia que permita a análise quantitativa e qualitativa do desempenho de setores regulados com base nas demandas dos consumidores registradas no INDEC e também em outras bases de informações;
- construir indicadores que possibilitem a avaliação quantitativa de reclamações por parte dos consumidores em relação aos bens e serviços regulados. Os reclamações e serviços de análise deverão ter como referencial os dados apontados nas tabelas do INDEC. Os itens das tabelas poderão ser utilizados individualmente ou de forma agregada. Os reclamações dos consumidores contempladas pelos indicadores deverão refletir as lesões aos direitos dos mesmos captados pelos registros (eitos pelos Procons no INDEC) e

- concluir propondo aprimoramentos no banco de dados do SISEC para 6 e se possa" no (torna a mentar a validade das análises quantitativas e qualitativas sobre o desempenho de setores regulados em áreas de interesse do consumidor

Curso Avançado em Política Regulatória: IBI – GWU

Entre os dias 21 de fevereiro e 02 de março de 2012 ocorreu o treinamento da Oltima do curso avançado em regulação ministrado pelo " , incluído a " em Pasington-#C. O curso consiste em um treinamento desenvolvido especificamente para (nacionais) brasileiros e estrangeiros na área de regulação. O conteúdo teórico do curso engloba as questões relativas à análise do impacto regulatório " processo de produção regulatória nos EUA " bem como experiências internacionais com a regulação. Como mencionado e os objetivos do curso separam o " conteúdo teórico " ao abordar as questões como a natureza do processo de monitoramento regulatório liderado pelo " ligado ao " do Governo dos Estados Unidos " e as etapas envolvidas para aprovação de novas regras. Nessa edição participaram servidores das agências reguladoras (federais e agências reguladoras estaduais) e ministros além de participantes da Procuradoria Geral da República e Diretoria Nacional de Contas da ANEEL

Apoio aos mecanismos para o exercício do controle social

Foi realizado o primeiro módulo do curso Regulação e Eficiência do Consumidor " 6 e - ma iniciativa do PRO-REG " em parceria com o Departamento de Proteção e Eficiência do Consumidor E#P#CF do Ministério da Justiça " Fórum Nacional Entidades Cíveis de Eficiência do Consumidor E#E#CF e Instituto Brasileiro de Eficiência do Consumidor E#I#CF " para a qualificar a capacitação de entidades de eficiência do consumidor em temas ligados à regulação. O evento foi realizado nos dias 1º e 10 de novembro de 2011 na Escola Nacional de Administração Pública e tratou da regulação do setor elétrico e contou com a presença de 40 participantes " de entidades cíveis de eficiência do consumidor " Procons " deensorias públicas " agências reguladoras e do Departamento de Proteção e Eficiência do Consumidor do Ministério da Justiça. O curso obteve resultados bastante positivos demonstrado por meio de avaliação de reação dos participantes

Indicadores

o Marco B7gico do PRO-REG (oram esta)elecidos m con; nto de indicadores" a (im de 6 e se reali8asse m acompanhamento tanto 6 alitati, o 6 anto 6 antitati, o do progresso de e+ec ç!o (:sica do PRO-REG. Como indicador de (inalidade s!o tili8ados alg ns componentes do Rndice de Competiti, idade Glo)al EICGF" 6 e - ela)orado e p)licado pelo F7r m Econ<mico M ndial. O ICG - (ormado por do8e pilares. Para o PRO-REG s!o tili8ados os pilares SInstit cionalT EPIF e SIn(raestr t raT EPIEF" 6 e s!o ma parcela do componente SRe6 erimentos B*sicosT ERBF. O doto -se como lin5a de)ase o ano de 200? em 6 e o Brasil apresenta, a ,alores de A"AO e A"20 de PI e PIE respecti, amente. O meta - 6 e" ao (im do Programa" o pa:s apresente m incremento de 10U no PI e de 0U no PIE" ass mindo os ,alores A" '2 e A"Q% respecti, amente.

O)ser, a-se 6 e o Pilar Instit cional ,em apresentado tend.ncia de crescimento. O /ltimo ,alor reportado para o PI (oi A"%& Go ,e" pois" m a mento de %"?U em relaç!o 9 lin5a de)ase. O Pilar de In(raestr t ra apresento (orte crescimento" de modo 6 e a meta (oi atingida no)i.nio 200C|2010. O ,alor apresentado para o PIE no)i.nio 2010|2011 (oi Q"0.

O tro indicador do programa - o Indicador de V alidade Reg lat7ria O mpliado EIVR0F" 6 e (oi desen, ol, ido para captar" especi(icamente" o desen, ol, imento da 6 alidade reg lat7ria das ag.ncias (ederais)rasileiras. O IVR0 - calc lado a partir dos dados (ornecidos pelas pr7prias ag.ncias reg ladoras (ederais. O meta estip lada para o Programa era o)ter" ao (im de 2011" m IVR0 0"%?& O /ltima mens raç!o do IVR0" reali8ada em de8em)ro de 2011" com dados de no,e ag.ncias reg ladoras (ederais" apresento o ,alor 0"%% para o indicador" o se;a" a meta para 2011 (oi s perada.

Entre os indicadores de acompanhamento do PRO-REG" pode-se citar tam)-m o 6 antitati, o de capacitaç!es" c ;a meta ;* (oi alcançada desde meados de 2010. #esde o in:cio do Programa at- de8em)ro de 2011 (oram capacitadas 2Q01 pessoas" das 6 ais 1?Q0 s!o de ag.ncias reg ladoras (ederais" Q2A de minist-rios s per, isores" 1QC de agencias reg ladoras estad ais e m nicipais" 1'0 de entidades de de(esa do cons midor e 11C de o tras instit iç!es.

Por /ltimo" tem-se o indicador para o ei+o S0poio aos mecanismos para o e+erc:cio do controle socialT 6 e - o percent al de ampliaç!o an al do n/mero de participantes dos processos de a di.ncia p/)lica das ag.ncias reg ladoras. O meta - m incremento de ?0U a cada ano. Os in(ormaç!es so)re o 6 antitati, o de pessoas 6 e participaram de a di.ncias o cons ltas p/)licas (oi (ornecida por oito ag.ncias reg ladoras em 2011. Em 2010" 1'2A pessoas contri) :ram nos processos de cons lta p/)lica" de modo 6 e a meta para 2011 seria de 2?0? participaç!es. Entretanto" (oi ap rado 6 e no ano de 2011 so ,e %0&Q0% contri) iç!es. O 0 => (oi respons*, el por CAU do total

dessas contri) ições em 2011. O processo é colocado em consulta pública a Instrução Normativa nº 150/2011, em 15 de maio de 2011, com o objetivo de facilitar a compreensão dos conceitos técnicos contidos na Lei e permitir às normas de implementação do normativo. Esse aumento exponencial da participação nas consultas públicas da Agência está diretamente relacionado à mudança de cultura administrativa em curso na OAB, com a realização de projetos-pilotos em andamento.